NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Estrutura Administrativa / Institucional da Universidade Federal de Ouro Preto

A Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, instituída pelo Decreto-Lei nº 778, de 21 de agosto de 1969, é Instituição Federal de Ensino Superior, com sede na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais e tem como atividade fim a promoção de conhecimento por meio do ensino, pesquisa e extensão, além de manter ampla e diversificada interação com a comunidade. Atualmente a estrutura institucional da UFOP é composta por 01 (uma) Unidade Gestora ativa (154046), investida do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou sob descentralização.

A UFOP é composta de 03 (três) *campi* com sede nas cidades de Ouro Preto, Mariana e João Monlevade, todos no Estado de Minas Gerais.

1. Base de preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 11ª Edição – vigente para o exercício de 2025), o Manual SIAFI, que contém as orientações e procedimentos específicos por assunto, além do Manual Técnico do Orçamento (MTO) do Governo Federal, além dos diversos normativos legais e infralegais relacionados.

As demonstrações contábeis materializam as informações de uma única unidade gestora vinculada à UFOP, e são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: sua situação patrimonial, seu desempenho e fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras com base no modelo PCASP. As notas explicativas são referentes às seguintes demonstrações contábeis:

I. Balanço Patrimonial (BP);
II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
III. Balanço Orçamentário (BO);
IV. Balanço Financeiro (BF);
V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

2. Resumo dos principais critérios e políticas contábeis

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual – LOA que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa no âmbito da União, compreende três tipos de orçamento: a) orçamento fiscal; b) orçamento da Seguridade Social; e c) orçamento de investimento das empresas estatais independentes, ou seja, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

2.1. Consolidação das demonstrações contábeis

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, ente econômico denominado União, do qual a UFOP faz parte.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a [2] – Intra - OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra OFSS. Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

2.2. Conta Única do Governo Federal

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis refere-se à execução financeira, tanto na UFOP quanto nos demais órgãos públicos federais. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias[1], ou seja,

[1] Receitas extraorçamentárias: são todas aquelas provenientes de qualquer arrecadação que não figure no orçamento e, consequentemente, toda arrecadação que não constitui renda do Estado. O seu caráter é de extemporaneidade ou de transitoriedade nos orçamentos.

todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único derivado do princípio da **unidade de tesouraria**, denominado **Conta Única**, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

2.3. Ajustes de Exercícios Anteriores

Há que se ressaltar também, a prática contábil utilizada denominada Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP, juntamente com o Resultado do Exercício e os Resultados de Exercícios anteriores, que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos e afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, sem transitar pelas contas de resultado por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

2.4. Recursos Orçamentários (x) Recursos Financeiros

Na Contabilidade Pública recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O "orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais". (http://www.transparencia.gov.br/glossario/).

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, ou seja, de uma lei, denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento "pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo recurso financeiro, não poderá ocorrer a despesa e, por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser utilizado, caso não haja disponibilidade orçamentária. (http://www.conass.org.br)

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução estará condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisará conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A "despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento". (http://www.transparencia.gov.br/glossário)

2.5. Restos a Pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega em tempo hábil dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte ("resíduos passivos"); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (http://portal.tcu.gov.br/)

Portanto, Restos a Pagar, referem-se a obrigações resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores.

3. Detalhamento dos critérios contábeis adotados na administração pública federal

A seguir são apresentados os principais critérios contábeis adotados no âmbito da Universidade Federal de Ouro Preto, bem como nos demais órgãos públicos federais, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP.

3.1. Moeda Funcional

A moeda funcional utilizada é o Real. Sendo assim, as Demonstrações Contábeis da UFOP não apresentam registros em moeda estrangeira.

3.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

3.3. Créditos de Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente: (i) adiantamentos concedidos; (ii) créditos por danos ao patrimônio; (iii) outros créditos a receber e valores a curto prazo; e, (iv) ajuste para perda demais créditos e valores a curto prazo. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original e, quando aplicável, acrescidos das atualizações monetárias e juros.

3.4. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

3.5. Estoques

Compreendem os materiais em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada esses bens são avaliados pelo **valor de aquisição ou produção/construção.** O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o **custo médio ponderado**. Há também a possibilidade de redução de valores do estoque mediante as contas de ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

3.6. VPD pagas antecipadamente

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo. A base de mensuração é o custo histórico.

3.7. Ativo realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, principalmente: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) empréstimos e financiamentos concedidos; (iv) investimentos temporários; e, (v) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

À exceção dos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e, (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

3.8. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. **É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção**. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os demais procedimentos patrimoniais de reavaliação e redução a valor recuperável, descritos detalhadamente na macrofunção SIAFI 020335 (Reavaliação e redução ao valor recuperável) disponível no portal da Secretaria do Tesouro Nacional, foram adotados por esta universidade

no exercício de 2021 mas ainda não foram completamente finalizados. Diante disto, os bens móveis e imóveis podem não refletir integralmente a realidade patrimonial deste órgão no exercício de 2026.

3.9. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, **são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção**, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável *(Impairment).*

No âmbito da UFOP, a maioria dos intangíveis está relacionada a Softwares, classificados como de "vida útil definida", os chamados softwares de prateleira. Os ativos intangíveis da UFOP, softwares, são mensurados ou avaliados com base nos **valores de aquisição ou de registro.**

3.10. Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável para os bens móveis é o das **quotas constantes**.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data de início da utilização do bem. Porém, quando o valor do bem adquirido e, a depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor que um mês.

Os intangíveis com vida útil definida passaram a ser classificados e controlados pela Instituição. O processo de amortização destes bens ocorre mensalmente conforme macrofunção SIAFI 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão.

3.11. Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet[2] e bens móveis

A base de cálculo para depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e, para os bens móveis é o **das quotas constantes.**

[2] SPIUnet - Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União: faz a gerência da utilização dos imóveis da União, classificados como "Bens de Uso Especial (edifícios e terrenos).

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data de início da utilização do bem.

3.12. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto, o método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

3.13. Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações da Universidade Federal de Ouro Preto são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte coordenação: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e, (vii) demais obrigações.

3.14. Provisões

Provisões são obrigações presentes derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços e, que possuem prazo ou valor incerto.

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e, (vi) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimação confiável do seu valor. No âmbito da UFOP as provisões envolvendo as obrigações com folha de pagamento são efetivadas e controladas mensalmente.

3.15. Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será

confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

3.16. Apuração do Resultado

No modelo PCASP é possível a apuração dos seguintes resultados

I. Patrimonial;
II. Orçamentário; e
III. Financeiro

3.16.1. Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a organização e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorreram decréscimos nos benefícios econômicos para a organização, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

Portanto, variações patrimoniais não financeiras, como o reconhecimento da depreciação de bens móveis, a reavaliação de um ativo, ou a provisão de um passivo, configuram uma VPA ou VPD e desta forma, impactam no resultado patrimonial do exercício.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho para órgãos públicos, mas um medidor de quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

3.17. Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da UFOP, como os demais órgãos da União, segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

3.18. Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da UFOP.

No Balanço Financeiro é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da UFOP pela observância do princípio de caixa único, é possível também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial demonstra a posição patrimonial e financeira de uma organização em um determinado momento. Em sua estrutura estão apresentados os bens e direitos (ativos), exigibilidades e obrigações (passivo) e os recursos próprios (patrimônio líquido) a disposição da entidade.

Os ativos estão distribuídos nos grupos de ativos circulantes - com alta rotatividade e ativos não circulantes - realizável a longo prazo, imobilizado etc. Os passivos da mesma forma, são agrupados em circulantes e não circulantes e demonstram obrigações no curto e no longo prazo respectivamente. Já o patrimônio líquido apresenta o resultado do exercício apurado na DVP, além dos resultados acumulados de exercícios anteriores.

ATIVO CIRCULANTE

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo "Caixa e Equivalentes de Caixa" contempla a disponibilidade de recursos financeiros em espécie e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda, e está segmentada em "Moeda Nacional". Em 31/03/2026 esse grupo estava distribuído da seguinte forma:

Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição

	31/03/2026	31/12/2025	AH (%)
Limite de saque com vinculação de pagamento	6.500.537,90	1.783.159,74	264,55
Limite de saque c/ vinc. pagto – Ordem de Pagamento	31.921.879,07	36.968.685,37	-13,65
Garantias	1.651.214,76	3.002.821,39	-45,01
Total	**40.073.631,73**	**41.754.666,50**	**-4,03**

Fonte: SIAFI 2026 e 2025

O item mais representativo desse grupo foi a conta "Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de pagamento", que corresponde aos valores descentralizados por outros órgãos para o pagamento das despesas com pessoal do mês de março de 2026. O item "Limite de saque com vinculação de pagamento" engloba os recursos repassados para suportar as demais despesas correntes e de capital da Instituição. Já o item "Garantias" engloba os valores retidos das empresas na contratação de serviços continuados e depositados em contas vinculadas para suportar o pagamento de verbas trabalhistas.

Nota 02 –Créditos e valores a Curto Prazo

Tabela 2 –Créditos e valores a Curto Prazo

	31/03/2026	31/12/2025	AH (%)
Salários e Ordenados	567.728,30	410.574,61	38,28
Suprimento de Fundos	34.824,40	0,00	0,00
Outros Créditos a Receber	30,00	0,00	0,00
Total	**602.582,70**	**410.574,61**	**46,77**

Fonte: SIAFI 2026 e 2025.

No primeiro trimestre de 2026 houve aumento no montante de créditos de curto prazo em relação ao encerramento do exercício de 2025. Os créditos com folha de pagamento são cíclicos e os valores podem variar consideravelmente durante o ano, uma vez que elas acompanham o período de férias acadêmicas, 13° salário e outros eventos.

Nota 03 – Estoques

Os estoques da Universidade Federal de Ouro Preto são ativos na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou empregados no processo de produção, na prestação de serviços e na distribuição no curso normal de suas atividades.

A conta “Almoxarifado – Consolidação” responde no final do primeiro trimestre de 2026 a 100% do grupo, sendo que estes estoques estão registrados pelo custo médio ponderado**.**

Tabela 3 – Estoques - Composição

R$

	31/03/2026	31/12/2025	AH (%)
Almoxarifado - Consolidação	795.168,27	729.311,90	9,03
Total	**795.168,27**	**729.311,90**	**9,03**

Fonte: SIAFI 2026 e 2025

A conta “Almoxarifado” em relação a 31/12/2025 observou uma variação positiva em estocagem e utilização de insumos. A conta “Almoxarifado – Consolidação” é uma conta sintética composta atualmente somente pela conta “Material de Consumo”.

O módulo de almoxarifado do SIADS foi implantado em janeiro de 2023 e os reflexos das aquisições e requisições a partir desta data estão sendo registrados no SIAFI automaticamente.

Nota 04 – Créditos a Longo Prazo

Os créditos recebíveis a longo prazo são aqueles que não estão previstos de serem realizados até o encerramento do próximo exercício social, portanto são créditos que a UFOP detém de terceiros sem a expectativa de recebimento no curto prazo.

O grupo que compõe o ativo realizável a longo prazo da Instituição é o de dívida ativa não tributária, referente a créditos pacificados cujas fases recursais já foram superadas e o valor determinado.

Tabela 4 – Créditos a LP - Composição

R$

	31/03/2026	31/12/2025	AH (%)
Dívida Ativa Não Tributária	2.475.217,25	2.397.508,68	3,24
Total	**2.475.217,25**	**2.397.508,68**	**3,24**

Fonte: SIAFI 2026 e 2025

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Nota 05 - Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão quando tiverem vida útil definida, bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/03/2026 a UFOP apresentou variação negativa de 0,01% no ativo imobilizado em comparação ao exercício de 2025.

Quanto à depreciação dos bens móveis, os lançamentos são efetuados de acordo o Relatório de Movimentação de Bens (RMB) enviado pela coordenadoria de patrimônio da Universidade, sendo extraído do sistema interno de administração patrimonial (SAP). Já para os bens imóveis a depreciação é lançada de forma automática através do sistema de gestão de imóveis do governo federal SPIUNet.

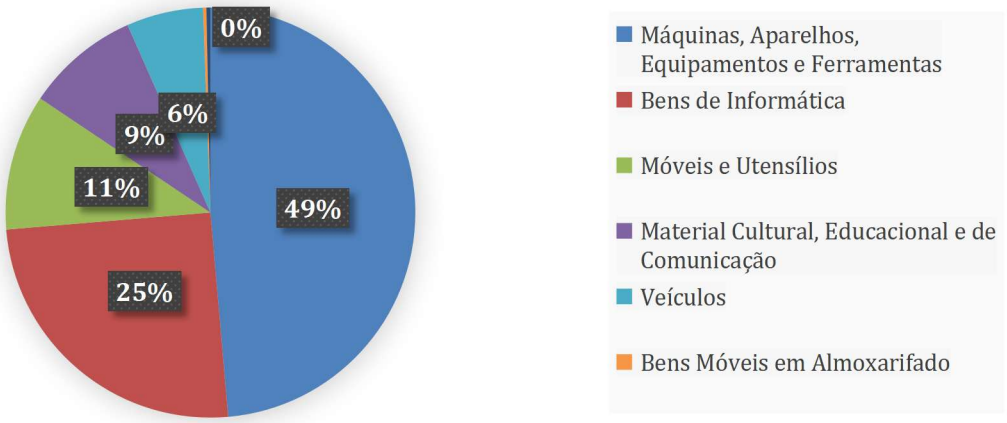
Tabela 5 – Imobilizado – Composição

	31/03/2026	31/12/2025	AH%
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	147.705.428,99	147.158.331,79	0,37
(-) Depr./Amortização Acum. de Bens Móveis	(62.897.630,44)	(61.974.409,97)	1,49
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	1.174.840.514,08	1.174.515.604,89	0,03
(-) Depr./Amortização Acum. de Bens Imóveis	(81.491,61)	(51.332,53)	58,75
Total	**1.259.566.821,02**	**1.259.648.194,18**	**-0,01**

Fonte: SIAFI 2026 e 2025.

Bens Móveis

Gráfico 1 – Bens Móveis – Composição



Fonte: SIAFI 2026.

Tabela 6 – Bens Móveis – Composição

	31/03/2026	31/12/2025	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	71.807.840,55	71.705.352,87	0,14
Bens de Informática	37.021.625,15	36.798.309,26	0,61
Móveis e Utensílios	15.828.290,59	15.824.715,59	0,02
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	13.261.871,51	13.245.098,50	0,13
Veículos	8.929.298,66	8.929.298,66	0,00
Bens Móveis em Almoxarifado	392.738,62	198.181,00	98,17
Demais Bens Móveis	463.763,91	457.375,91	1,40
Depreciação / Amortização Acumulada	(62.897.630,44)	(61.974.409,97)	1,49
Redução ao Valor Recuperável			
Total	**84.807.798,55**	**85.183.921,82**	**-0,44**

Fonte: SIAFI 2026 e 2025.

Os grupos de bens de informática, móveis e utensílios, material Cultural, Educacional e de Comunicação, máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas e bens móveis em almoxarifado, tiveram aumento em decorrência de novas aquisições por compras e doações.

Em 31/03/2026 a UFOP apresentou variação negativa de 0,44% nos bens móveis proveniente da apropriação da depreciação destes itens.

Dos Bens Móveis registrados na UFOP, cerca de 49% são classificados como “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas”, sendo o maior subgrupo registrado na entidade.

Deste subgrupo, as principais contas são:

Tabela 6.1 – Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas

R$

	31/03/2026	31/12/2025	AH(%)	AV(%)
Aparelhos de medição e orientação	5.151.342,89	5.144.942,89	0,12	7,17
Equipam/utensílios médicos, odonto e hospitalar	51.172.570,95	51.106.016,17	0,13	71,26
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	3.741.840,12	3.733.410,42	0,23	5,21
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	2.429.862,88	2.429.862,88	0,00	3,38
Demais bens móveis	9.312.223,71	9.291.120,51	0,23	12,97
Total	**71.807.840,55**	**71.705.352,87**	**0,14**	**100**

Fonte: SIAFI 2026 e 2025

Neste subgrupo o pequeno aumento foi ocasionado pela já mencionada aquisição de novos bens.

Em termos de valores, o subgrupo que teve o maior incremento no período foi o de '**Bens de Informática**', um aumento de 0,61% em relação a 31/12/2025 devido a incorporação de novas aquisições no período.

Ainda em relação aos bens móveis, cabe destacar que seu controle é feito pelo sistema de gestão elaborado pela Diretoria de Tecnologia da Informação da UFOP, denominado SAP (Sistema de Administração Patrimonial), que necessita de adaptações para atendimento às NBC TSPs e o plano de contas da União.

Por outro lado, conforme a portaria do Ministério da Economia n° 232 de 2 de junho de 2020, a utilização do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS) passou a ser obrigatória para os órgãos da administração pública federal a partir de julho/2023.

A fim de efetivar a implantação do SIADS, a UFOP realizou o inventário de bens móveis para a migração da base de dados, bem como realizou o processo de reavaliação de bens móveis constantes no SAP. O processo de migração da gestão de bens móveis para o SIADS está em curso pela instituição.

Diante do exposto, evidencia-se que as contas contábeis de bens móveis não refletem integralmente a realidade patrimonial deste órgão, pois os procedimentos patrimoniais ainda não estão sendo adotados de forma adequada pela UFOP.

Bens Imóveis

Tabela 7 - Bens Imóveis – Composição

R$

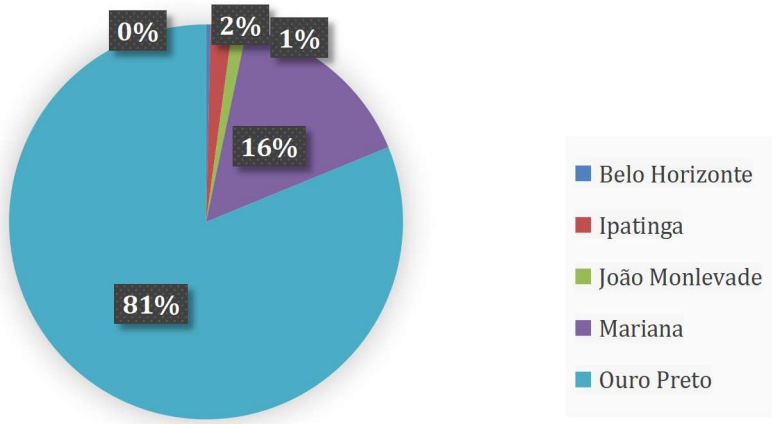
	31/03/2026	31/12/2025	AH(%)	AV (%)
Bens de Uso Especial – Registrados SPIUNet	1.101.483.132,10	1.101.483.132,10	0,00	94,28
Bens de Uso Especial – Não Registrados SPIUNet	6.509.347,07	6.509.347,07	0,00	0,56
Bens Imóveis em Andamento	64.839.460,07	64.514.550,88	0,50	5,55
Instalações	1.870.955,10	1.870.955,10	0,00	0,16
Demais Bens Imóveis	137.619,74	137.619,74	0,00	0,01
Depreciação / Amortização Acumulada	(81.491,61)	(51.332,53)	58,75	-0,01
Total	**1.174.759.022,47**	**1.174.464.272,36**	**0,03**	**100**

Fonte: SIAFI 2026 e 2025.

Os bens de uso especial não registrados no SPIUNet, se referem a obras finalizadas, conciliadas pela contabilidade desde 2020, mas que não possuem o devido registro documental para a inclusão no SPIUNet. O saldo apresentado permanecerá segregado dos bens registrados e não sofrerá amortização até que a Coordenação de Patrimônio proceda a regularização fundiária dos imóveis.

Atualmente, a Universidade possui 69 Registros Imobiliários Patrimoniais (RIP) cadastrados no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNet), sendo um imóvel situado em Belo Horizonte, um em Ipatinga, dois em João Monlevade, quatro em Mariana e outros 61 na cidade de Ouro Preto.

Gráfico 2 - Bens Imóveis SPIUNet por Município



Fonte: Coordenadoria de Materiais e Patrimônio, 2026.

Ainda em relação aos bens imóveis, de acordo com a Portaria conjunta da Secretária do Tesouro Nacional e da Secretária de Patrimônio da União (SPU) de número 703, de 10 de dezembro 2014, foi definido que é atribuição da SPU adotar procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens Imóveis da União, Autarquias, e Fundações Públicas Federais. Neste sentido toda depreciação contabilizada foi realizada pela STN com base em relatório da SPU.

Quanto aos "bens imóveis em andamento", cabe relatar que este valor em sua maioria está pendente de conciliação, uma vez que as obras já foram concluídas. Essa conta é composta dos seguintes itens:

Tabela 8 - Bens Imóveis em Andamento – Composição

R$

Descrição	**31/03/2026**	AV(%)
Obras em andamento	57.818.200,05	89,17
Estudos e Projetos	3.906.920,70	6,03
Almoxarifado de Inversões Fixas	3.114.339,32	4,80
Total	**64.839.460,07**	**100**

Fonte: SIAFI 2026 e 2025.

Durante o exercício de 2020 a Coordenadoria de Contabilidade realizou o levantamento dos saldos, criação e atualização da inscrição genérica de individualização de imóveis e projetos. Desta forma, os saldos contábeis da conta "obras em andamento" já foram devidamente detalhados e individualizados, sendo aberto o processo SEI n° 23109.001283/2020-56 com a finalidade de realizar o acerto destas contas.

Já em 2021, o processo foi remetido ao setor de Engenharia da UFOP que realizou o levantamento das obras concluídas e retornou para a contabilidade os termos de recebimento para a conciliação dos saldos alongados desta conta. Mesmo com o saneamento parcial desta conta o saldo ainda persiste e é constituído em sua maioria, por obras já concluídas e sem identificação do termo de recebimento da obra pelo setor de engenharia.

As obras efetivamente concluídas e sem localização do termo de encerramento devem ser identificadas pelo setor de Engenharia da Instituição com o objetivo de dar prosseguimento ao processo de conciliação.

Existe também a falta de documentação registrada em cartório dos terrenos onde estas obras foram realizadas. Portanto, faz-se necessário ainda a regularização fundiária para posterior acerto no SPIUNet. Para tratar da regularização de bens imóveis na UFOP foi criada uma comissão a partir do processo SEI 23109.002055/2022-65 para tratar das pendências de regularização documental dos bens.

Conclui-se, portanto, que esses registros não representam com fidedignidade a situação patrimonial da UFOP, pois carecem das devidas conciliações.

Nota 06 - Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O intangível reconhecido no balanço patrimonial da Universidade Federal de Ouro Preto é composto por "Softwares" e "Marcas e Patentes". Estes bens estão registrados no SIAFI e são classificados como sendo de vida útil definida ou de vida útil indefinida.

Em 31/03/2026 a UFOP apresentou uma redução de 0,63% no intangível proveniente do registro de Marcas e Patentes e da amortização acumulada no período.

Tabela 9 – Intangível – Composição

R$

	31/03/2026	**31/12/2025**	AH(%)	AV(%)
Software com Vida Útil Definida	1.594.024,04	1.594.024,04	0,00	88,66
Software com Vida Útil Indefinida	203.937,23	203.937,23	0,00	11,34
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	29.544,00	22.674,00	30,30	1,64
Amortização Acumulada	(1.419.052,17)	(1.409.603,55)	0,67	-78,93
Total	**408.453,10**	**411.031,72**	**-0,63**	**100**

Fonte: SIAFI 2026 e 2025.

Quanto ao registro da amortização acumulada dos ativos intangíveis e, em conformidade com o MCASP e a NBC TSP 08 – Ativo Intangível, a Instituição estabeleceu o controle dos saldos da amortização desses ativos. Apesar do sistema interno de controle patrimonial não possuir parâmetros para esses registros, a Coordenadoria de Materiais e Patrimônio em conjunto com a setorial contábil, elaboraram controle sistematizado para conciliar a amortização de intangíveis. Por outro lado, a UFOP não realiza o teste de *impairment* dos ativos intangíveis e ainda não há uma metodologia definida na Instituição para realização de tal teste.

Pelo exposto, é possível afirmar que os saldos de ativos não circulantes constantes no balanço patrimonial da UFOP **não refletem integralmente a realidade patrimonial**, pois os procedimentos patrimoniais necessários ainda não estão sendo adotados de forma adequada por esta Instituição.

PASSIVO CIRCULANTE

Nota 07 – Atos Potenciais Passivos

Tabela 10 – Obrigações Contratuais – Composição

R$

	31/03/2026	31/12/2025	AH (%)
Aluguéis	1.114.813,36	1.200.662,68	-7,15
Fornecimento de Bens	4.401.444,04	4.911.954,25	-10,39
Seguros	23.727,39	27.129,62	-12,54
Serviços	53.678.010,52	56.361.216,43	-4,76
Total	**59.217.995,31**	**62.500.962,98**	**-5,25**

Fonte: Tesouro Gerencial, SIAFI, 2026.

As obrigações contratuais de despesa são reconhecidas nas contas de controle (grupo 8) e, as obrigações contratuais com Serviços representam cerca de 90,64% do total assumido pela UFOP. Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os contratados e o saldo a executar em 31/03/2026.

O saldo de contratos vigentes teve uma redução de 5,25% em relação a 31/12/2025, o que pode ser explicado em parte pela regularidade na execução, renovação e assinatura de novos contratos.

Tabela 11 – Obrigações Contratuais – Por Contratado

R$

CONTRATADO	CNPJ	31/03/2026	AV (%)
CEMIG DISTRIBUICAO S.A	06981180000116	4.981.020,41	8,41
BG SOLUCOES E ALIMENTACAO LTDA	27894649000150	2.773.831,88	4,68
ATRATIVA SERVICE LTDA	14339328000141	1.067.135,05	1,80
CONSTRUTORA AGD LTDA	10651663000120	4.200.236,76	7,09
CONSERVADORA E ADMINISTRADORA GARCIA SERVICOS LTDA	14278736000130	568.291,00	0,96
FUNDACAO GORCEIX	23063118000164	2.429.335,01	4,10
ARQUIDIOCESE DE MARIANA	16855611000151	1.114.813,36	1,88
FORCA TATICA VIGILANCIA E SEGURANCA	13739782000399	1.796.489,65	3,03

LTDA			
FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO PESQUISA	18720938000141	868.169,17	1,47
PRINTEC TECNOLOGIA DA IMPRESSAO LTDA	06101609000133	1.135.403,96	1,92
SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE MARIANA	07711512000105	952.279,03	1,61
PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	05340639000130	1.173.297,69	1,98
EPSG EMPRESA DE PORTARIA E SERVICOS GERAIS LTDA	04276973000109	840.304,22	1,42
WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA	35820448003070	1.523.015,16	2,57
MERU VIAGENS LTDA	09215207000158	785.781,01	1,33
MAXIMA SERVICOS E OBRAS LTDA	08764312000183	2.147.055,32	3,63
INTERMEDIAR SERVICOS LTDA	17646341000131	355.708,07	0,60
TRIGOLEVE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	01524963000157	1.198.147,87	2,02
FUNDAÇÃO ARTHUR BERNARDES	20320503000151	9.814.162,18	16,57
VILLAGE ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA	01999079000179	15.118.344,47	25,53
Demais Obrigações Contratuais		4.375.174,04	7,40
Total		**59.217.995,31**	**100 %**

Fonte: Tesouro Gerencial, SIAFI 2026.

Dos diversos fornecedores que a UFOP mantém contrato, os principais valores executados se referem a contratos de terceirização dos serviços de restaurante universitário, limpeza, portaria, manutenção predial e segurança, fornecimento de energia elétrica e serviços prestados por fundações de apoio. Cabe ressaltar que o valor se refere à posição do contrato ao final do período.

Os contratos são firmados com vigência anual e sua execução apresenta reflexos neste exercício e no próximo.

Em relação aos instrumentos contratuais executados, a tabela 12 apresenta os principais fornecedores da instituição, sendo eles os serviços terceirizados de manutenção predial, limpeza, portaria, restaurante universitário, segurança e fornecimento de energia elétrica.

Tabela 12 – Contratos executados – Por Fornecedor

R$

Contrato / Aditivo	Empresa	01/01/2026 a 31/03/2026
10651663000120 - CONTRATO 28/2020	CONSTRUTORA AGD LTDA	876.116,64
14339328000141 - CONTRATO 005/2026	ATRATIVA SERVICE LTDA	505.540,71
04276973000109 CONTRATO 029/2023	EPSG EMPRESA DE PORTARIA E SERVICOS GERAIS LTDA	337.963,59
27894649000150 - CONTRATO 008/2025	BG SOLUCOES E ALIMENTACAO LTDA	1.939.246,22
01999079000179__TC 010/2025	VILLAGE ADMINISTRACAO E SERVICOSLTDA	1.678.146,53
CEMIG - 3009016508 COMPRA	CEMIG DISTRIBUICAO S.A	882.900,46
13739782000399 - CONTRATO 033/2023	FORCA TATICA VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA	579.757,20
08764312000183 - CONTRATO 011/2024	MAXIMA SERVICOS E OBRAS LTDA	399.451,44
14278736000130 - CONTRATO 016/2025	CONSERVADORA E ADMINISTRADORA GARCIA SERVICOS LTDA	387.928,02
13892384000146 - CONTRATO 14/2023	GESTSERVI - GESTAO E TERCEIRIZACAO DE MAO-DE-OBRA - EIRELI	1.032.566,18
01524963000157 - CONTRATO 29/2019	TRIGOLEVE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	152.565,30

Fonte: Tesouro Gerencial, SIAFI 2026.

Nota 08 – Fornecedores e Demais Obrigações a Curto Prazo

O item compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e prestação de serviços, tais como energia elétrica, água, telefone e todas as outras contas a pagar com vencimento no curto prazo (circulante).

Tabela 13 – Fornecedores e Contas a Pagar - Composição

Em 31/03/2026 a UFOP apresentou saldo relacionado a contas a pagar com vencimento nos meses seguintes à sua liquidação, referentes à Unidade Gestora 154046, única existente na Universidade.

R$

	31/03/2026	31/12/2025	AV(%)
Nacionais	1.369.789,95	209.994,41	552,30
Estrangeiros	0,00	0,00	0,00
Total	**1.369.789,95**	**209.994,41**	**552,30**

Fonte: SIAFI 2026 e 2025.

No que se refere às obrigações de curto prazo com pessoal, houve um decréscimo de 3,51% no primeiro trimestre de 2026 em relação ao final do exercício anterior, explicado pela redução de despesas com pessoal com reajustes, progressões e demais verbas, além da provisão do décimo terceiro salário e férias aos servidores, bem como provisão dos encargos sociais.

Tabela 14 – Obrigações Trabalhistas Prev. Assist. no curto prazo - Composição

R$

	31/03/2026	31/12/2025	AH(%)
Pessoal a Pagar	36.560.822,94	37.889.258,35	-3,51
Benefícios Assistenciais e Encargos	542.462,32	543.598,77	-0,21
Encargos Sociais a Pagar	5.142.425,24	5.484.903,97	-6,24
Total	**42.245.710,50**	**43.917.761,09**	**-3,81**

Fonte: SIAFI 2026 e 2025.

Já o subgrupo “Demais Obrigações a Curto Prazo” compreende as obrigações da Instituição junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores com vencimento no curto prazo, e representa ao final do primeiro trimestre de 2026 nos passivos da UFOP, aproximadamente 53,74% das obrigações no curto prazo.

Neste grupo concentram-se as diversas retenções referentes à folha de pessoal, conta vinculada dos contratos continuados de mão de obra, auxílios financeiros a estudantes e principalmente os lançamentos da setorial contábil do MEC de Termos de Execução Descentralizados (TED’s) recebidos pela UFOP e cadastrados na conta contábil 2189206 – Transferências Financeiras a Comprovar (TED), responsáveis por aproximadamente 57% das “Demais Obrigações a Curto Prazo”.

Trata-se de TED's em execução e/ou já finalizados e pendentes de comprovação.

Como existem termos já executados e com prestação de contas no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do MEC (SIMEC) aguardando análise do Órgão Concedente, os valores em 31/03/2026 podem não representar fidedignamente o saldo na conta de transferências financeiras a comprovar.

Em relação aos TEDs vigentes destacam-se os termos relacionados a obras e programas de bolsas, conforme detalhado a seguir:

Tabela 15 – TEDs em execução

Tipo / Objeto da despesa	Unidade Gestora Concedente	Valor Descentralizado	Valor Pago
Programa de Desenvolvimento da Preceptoria em Saúde PRODEPS 2026	Sesu/MEC	799.800,00	130.200,00
Apoio ao Funcionamento da UFOP - Emenda 43340019 Dandara	Sesu/MEC	200.000,00	102.122,46
Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil – ProLEEI.	SEB/MEC	5.066.666,67	4.560.000,00
Oferta de cursos no âmbito da UAB -Edital 09-2022 - 2ª entrada	Sesu/MEC	1.914.675,00	613.582,24
Oferta de cursos no âmbito da UAB -Edital 09-2022	CAPES	1.070.260,00	516.192,02
Programa de Desenvolvimento da Preceptoria em Saúde PRODEPS 2025	Sesu/MEC	889.700,00	799.800,00
Adequação do Bloco A (biblioteca, salas de estudos) - ICEA	Sesu/MEC	3.225.000,00	2.275.151,96
PROAP 2024	CAPES	2.715.916,00	2.097.791,62
Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Sesu/MEC	300.000,00	0,00
Reforma da cobertura do ICHS - UFOP	Sesu/MEC	798.508,54	0,00
Revitalização do Centro de Convergência	Sesu/MEC	27.600.000,00	0,00
Novo Campus de Ipatinga - UFOP	Sesu/MEC	50.000.000,00	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial e SIMEC, 2026.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nota 09 – Ajustes de Exercícios Anteriores

As contas de ajustes de exercícios anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Na tabela a seguir é apresentada a evolução dessa conta no ano de 2026 em comparação a 31/12/2025.

Tabela 16 – Ajustes de Exercícios Anteriores

	31/03/2026	31/12/2025	AH (%)
Ajuste de Exercícios Anteriores	3.977.572,56	4.237.687,94	-6,14
Total	**3.977.572,56**	**4.237.687,94**	**-6,14**

Fonte: SIAFI 2026 e 2025

Os lançamentos de ajustes de exercícios anteriores em 2026 referem-se ao registro contábil de reconhecimento de passivo sem suporte orçamentário e receita de bens recebidos em doação.

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário é o demonstrativo contábil destinado a confrontar as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual – LOA com as efetivamente realizadas. A partir da comparação entre o previsto e o realizado é possível constatar a ocorrência de superávit, déficit ou equilíbrio orçamentário. A execução dos recursos recebidos por descentralização compõe as despesas empenhadas no balanço orçamentário.

A seguir são apresentados os itens mais relevantes do Balanço Orçamentário referentes ao primeiro trimestre de 2026.

Receitas Orçamentárias

Nota 10 – Receitas Correntes/Capital

Tabela 17 – Receitas – Composição

(R$)

Descrição	Prevista	Realizada	Realização (%)	AV (%)
Receitas Correntes	4.680.633,00	2.675.567,30	57,16	**100,00**
Total	**4.680.633,00**	**2.675.567,30**	**57,16**	**100,00**

Fonte: Tesouro Gerencial, SIAFI 2026.

O total de receitas arrecadadas (próprias) até o primeiro trimestre corresponde a 57,16% de toda receita prevista para o exercício de 2026.

Tabela 18 – Receitas Correntes – Composição

(R$)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada em 2026	Realização (%)	AV (%)
Receita Patrimonial	989.390,00	989.390,00	369.071,11	37,30	13,79
Receita de Serviços	3.479.865,00	3.479.865,00	2.300.527,19	66,11	85,98
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Corr	211.378,00	211.378,00	5.969,00	2,82	0,22
Receitas Correntes	**4.680.633,00**	**4.680.633,00**	**2.675.567,30**	**57,16**	**100,00**

Fonte: Tesouro Gerencial, SIAFI 2026.

A arrecadação de Receitas de Serviços representa a maior parte da arrecadação própria e continua sendo a principal fonte de receitas próprias da UFOP. Neste grupo estão os serviços de estudos e pesquisas, especialmente aqueles arrecadados junto à fundação de apoio Gorceix. Também estão incluídas as receitas com vendas de tickets do restaurante universitário.

A receita patrimonial constitui 13,79% das receitas próprias, e são provenientes de taxas pelo uso de espaços físicos na UFOP, tais como funcionamento de cantinas, bancos e para a utilização do centro de convenções da Universidade e outros espaços para eventos de terceiros.

Já o valor arrecadado de outras receitas correntes no ano de 2026 estão relacionadas a multas em contratos administrativos e restituições recebidas referentes a convênios.

Despesas Orçamentárias

Nota 11 – Despesas Correntes / Capital

A movimentação de créditos da Universidade Federal de Ouro Preto, órgão 26277, decorre da dotação do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social consignada na Lei Orçamentária Anual (LOA), que foi aprovada no primeiro trimestre do exercício. O valor orçamentário previsto para o exercício foi de R$ 686.921.195,00.

Da despesa atualizada, conforme tabela abaixo, executou-se 57,68% do orçamento. Ressalta-se que a execução orçamentária representa a relação entre os valores empenhados e a dotação atualizada.

Tabela 19 – Execução Orçamentária – Despesas Correntes / Capital

R$

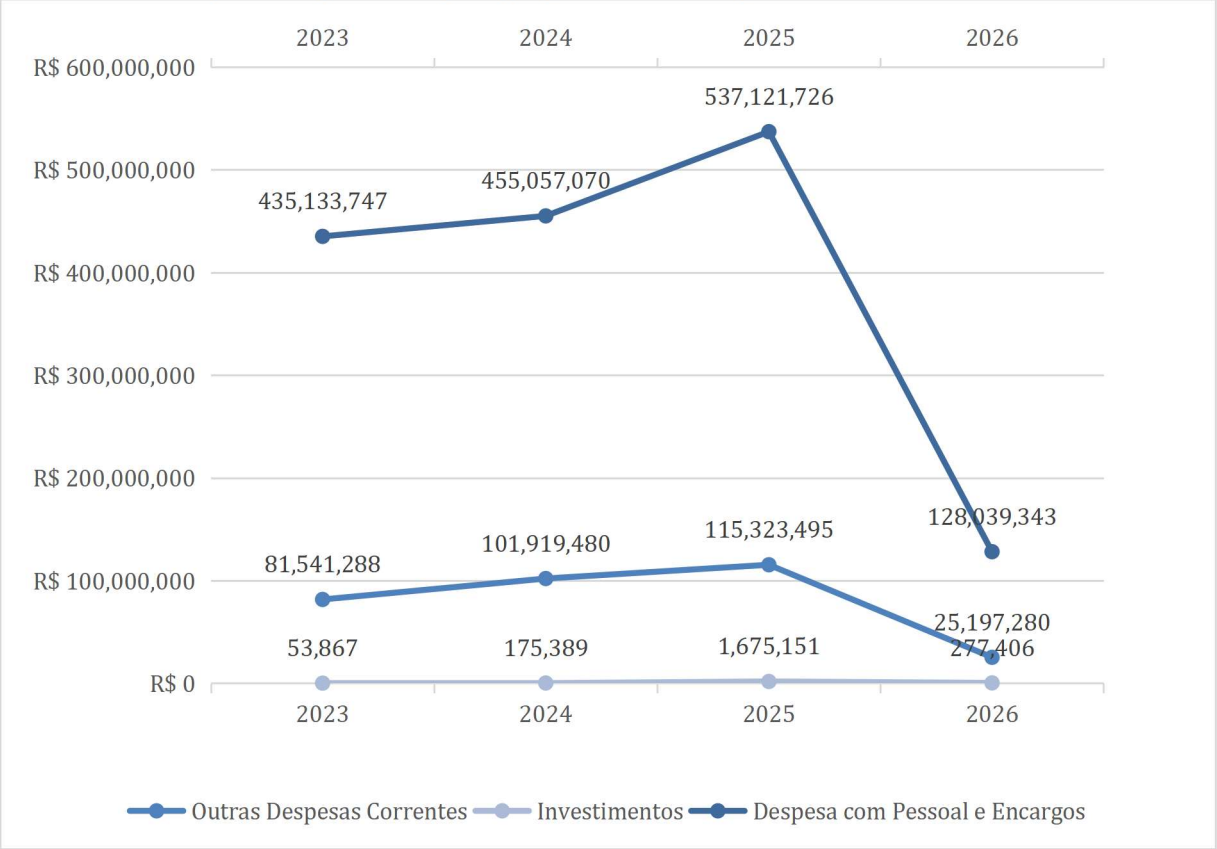
	Grupo Despesa	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Paga	Execução (%)	AV%
1	Pessoal e Encargos sociais	582.113.354,00	342.589.712,00	80.365.394,99	58,85	85,82
3	Outras Despesas Correntes	109.082.260,00	53.238.815,12	18.693.212,53	48,81	13,34
4	Investimentos	987.282,00	3.390.256,74	191.998,96	343,39	0,85
Total		**692.182.896,00**	**399.218.783,86**	**99.250.606,48**	**57,68**	**100**

Fonte: Tesouro Gerencial, SIAFI 2026

Destaca-se que o gasto com servidores ativos, inativos e pensionistas empenhados em 2026 corresponde a aproximadamente 85,82% de todas as despesas orçamentárias da Instituição. Já as despesas com investimentos foi de cerca de 343,39% da despesa executada no primeiro trimestre de 2026.

Outro ponto a destacar é que a dotação atualizada não inclui as descentralizações de crédito por meio dos TEDs, incluindo apenas os créditos originários da LOA. Já a despesa empenhada conta com todos os créditos executados pelo órgão, incluindo o orçamento aprovado para o órgão mais o acréscimo dos TEDs executados conforme tabela 15.

Gráfico 3 – Despesas liquidadas por grupo e ano até o primeiro trimestre



Fonte: Tesouro Gerencial, SIAFI 2026

Nota 12 – Execução dos Restos a Pagar

Considera-se Restos a Pagar Não Processados - RPNP, conforme artigo 67 do Decreto nº 93.872/1986, as despesas que foram empenhadas, mas não foram liquidadas até 31 de dezembro do ano anterior; ao passo que os Restos a Pagar Processados - RPP dizem respeito às despesas que foram empenhadas e liquidadas até 31 de dezembro do ano anterior, porém pendentes de pagamento.

No encerramento do exercício de 2025 foram inscritos e reinscritos em RPNP um valor de R$ 7.734.825,69, sendo que 90,09% são referentes a despesas empenhadas no ano de 2024, enquanto os demais 9,91% foram reinscritos do exercício de 2023.

Tabela 20 – Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos ao final de 2025

R$

RPNP Inscritos e Reinscritos	2025	AV%
RPNP inscritos no exercício	3.330.986,46	77,50
RPNP inscritos em exercícios anteriores	966.972,37	22,50
TOTAL	**4.297.958,83**	**100**

Fonte: Tesouro Gerencial 2025

Em relação ao saldo dos restos a pagar foram pagos no primeiro trimestre um percentual de 18,53% e foram cancelados 0,01% dos restos inscritos no exercício anterior.

Tabela 21 – Execução de Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos x cancelados e pagos

R$

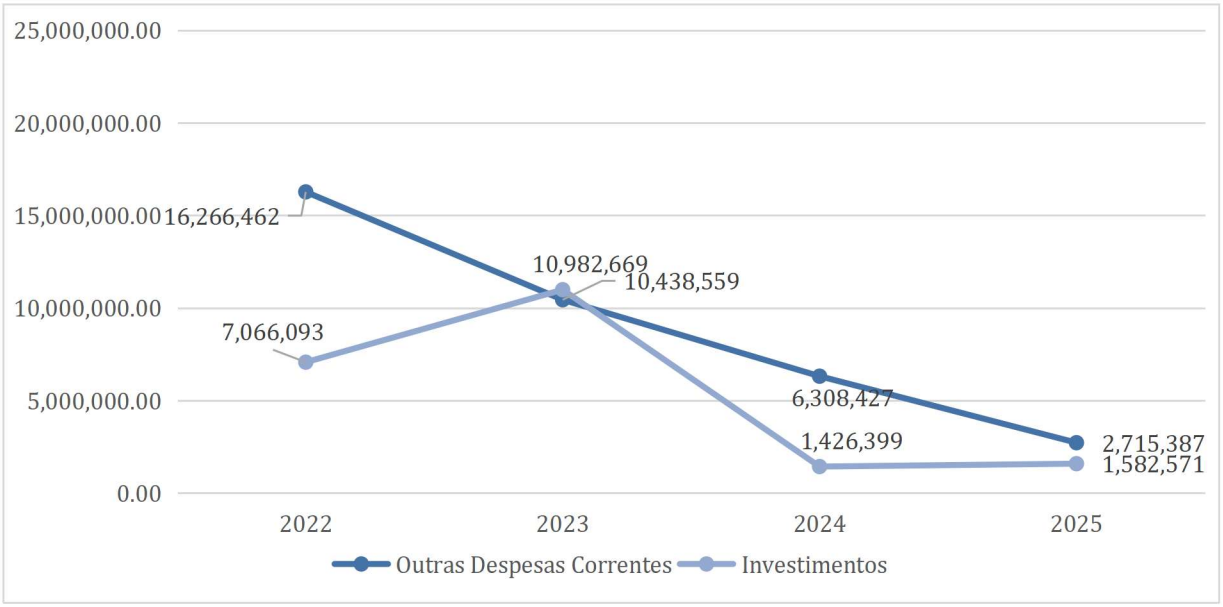
RPNP Inscritos e Reinscritos	**Inscritos em 2025**	**Executados até 31/03/2026**
RPNP inscritos no exercício	3.330.986,46	
RPNP inscritos em exercícios anteriores	966.972,37	
Total	**4.297.958,83**	
RP não processados cancelados		(254,28)
Total RPNP a Pagar		**4.297.704,25**
RPNP pagos em 2026		(796.499,80)
Total RPNP ao final do período		**3.501.204,75**

Fonte: Tesouro Gerencial 2026

Já no que tange aos restos a pagar por grupo de despesa, 52,73% dos restos a pagar inscritos em 2025 são provenientes de despesas correntes, enquanto 47,27% se referem às despesas de capital. Ainda em relação aos restos a pagar reinscritos de 2024, esses são em sua maioria (99,17%) de despesas correntes.

Gráfico 4 – Evolução dos RPNP inscritos

R$



Fonte: Tesouro Gerencial, SIAFI 2026

Já no que tange aos restos a pagar processados houve a inscrição de despesas de capital e correntes em sua maioria referentes à folha de pagamento de dezembro de 2025, que foram pagas no início de 2026.

O valor de RPP totalizou R$ 63.881.624,45, sendo que 99,6% são despesas correntes.

Tabela 22 – Restos a Pagar Processados Inscritos em 2025 e executados em 2026

R$

RPP Inscritos	2025	Pago até 31/03/2026	AV%
RPP Inscritos despesas correntes	63.627.096,77	63.624.687,49	99,6
RPP Inscritos despesas de capital	254.527,68	254.527,68	0,40
TOTAL	**63.881.624,45**	**63.879.215,17**	**100**

Fonte: Tesouro Gerencial 2026.

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a UFOP e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a UFOP, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

Resultado Patrimonial do Período

O Resultado Patrimonial apurado em 31/12/2025 foi deficitário, ou seja, as variações patrimoniais diminutivas foram superiores às variações aumentativas. Neste período houve crescimento das despesas com pessoal, benefícios previdenciários.

Tabela 23 – VPA x VPD – Detalhamento

26277 - Universidade Federal de Ouro Preto

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - RESUMIDA

R$

	31/03/2026	31/03/2025	AH	AV - 03/26
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**170.907.490,06**	**137.155.883,13**	**24,61%**	**100,00%**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-		0,00%
Contribuições	-	-		0,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.835.585,21	1.209.368,65	134,47%	1,66%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-		0,00%
Transferências e Delegações Recebidas	160.806.938,09	132.583.020,84	21,29%	94,09%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	7.137.350,49	3.052.620,76	133,81%	4,18%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	127.616,27	310.872,88	-58,95%	0,07%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**155.752.656,85**	**163.702.309,33**	**-4,86%**	**91,13%**
Pessoal e Encargos	105.686.615,10	94.607.058,25	11,71%	61,84%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	36.311.679,40	33.043.358,08	9,89%	21,25%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	8.349.919,41	10.953.366,55	-23,77%	4,89%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	5.274,61	7.844,98	-32,76%	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas	654.749,64	876.190,19	-25,27%	0,38%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	588.446,69	18.190.759,65	-96,77%	0,34%
Tributárias	31.481,92	85.998,58	-63,39%	0,02%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-		0,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.124.490,08	5.937.733,05	-30,54%	2,41%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**15.154.833,21**	**(26.546.426,20)**	**-157,09%**	**8,87%**

Fonte: Elaborado pela Coordenação de Contabilidade, 2026

Variações Patrimoniais Aumentativas

Nota 13 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Esta conta registra as variações patrimoniais com a prestação de serviços, que resultem em aumento de patrimônio líquido, independentemente de ingresso financeiro. O item sofreu uma variação negativa de 23,77% em relação ao mesmo período de 2025.

Nota 14 - Transferências e Delegações Recebidas

Essa conta registra as variações patrimoniais com transferências intergovernamentais, intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferência de convênios, transferência do exterior e execuções orçamentárias delegadas.

Houve aumento em relação a 2025 que se deu em maior parte para cobrir as despesas com pessoal. Esse grupo é a principal fonte de ingressos da UFOP, e se refere a VPAs de transferências financeiras do Ministério da Educação, proveniente do orçamento anual para manutenção da atividade no exercício corrente.

Nota 15 – Valorização e Ganhos c/Ativos e Desincorporação de Passivos

Neste grupo são demonstradas as variações patrimoniais de acertos realizados pela Secretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação (SPO/MEC). Assim como explicado nas notas explicativas do balanço patrimonial, houve lançamentos em contas do passivo referentes a prestações de contas pendentes junto ao MEC. Deste modo, existem valores lançados como VPA neste subgrupo que são provenientes de desincorporações desses passivos, seja por motivo de aprovação da prestação de contas ou de acertos contábeis.

Nota 16 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Esse grupo compreende as variações patrimoniais que não são qualificadas e/ou incluídas nos demais grupos de variações patrimoniais aumentativas. No caso da UFOP o maior volume desses registros é oriundo de “restituições” diversas, tais como: devolução de convênios etc.

O grupo sofreu uma variação negativa de 58,95%, porém o valor é flutuante durante o ano, visto que devoluções ocorrem apenas em situações esporádicas.

Variações Patrimoniais Diminutivas

Nota 17 – Pessoal e Encargos

Esse grupo compreende a remuneração do pessoal civil da UFOP, tais como: subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias fixas ou variáveis, obrigações trabalhistas de responsabilidade da UFOP incidente sobre a folha de pagamento etc.

Esse item corresponde em 31/03/2026 por aproximadamente 61,84% das VPDs. Se comparado ao ano de 2025 houve incremento de 11,71%.

Nota 18 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Esse grupo compreende a remuneração de benefícios pagos pela UFOP (aposentados e pensionistas), bem como as despesas com assistência à saúde dos servidores ativos e inativos, auxílio natalidade e auxílio funeral.

Esse item é o que representa o segundo maior grupo de despesas da UFOP. Se comparado ao ano de 2025 houve um aumento de 9,89%, que se justifica pela concessão de reajustes e novos benefícios previdenciários na UFOP, em especial aposentadoria de servidores e pensões.

Nota 19 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Estão englobadas neste grupo as despesas com a manutenção da máquina pública, tais como a utilização de insumos, a contratação de serviços de terceiros, depreciação do patrimônio etc.

Esse item representa as despesas com manutenção das atividades administrativas do órgão.

No primeiro trimestre de 2026 o grupo diminuiu 23,77% em relação ao mesmo período de 2025.

Os valores de depreciação e amortização do exercício também se incluem neste grupo.

Tabela 24 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - composição

R$

	31/03/2026 (R$)	31/03/2025 (R$)	AH%
Uso de Materiais de Consumo	356.181,55	250.670,92	42,09
Serviços	7.030.909,69	9.149.781,80	-23,16
Depreciação, Amortização e Exaustão	962.828,17	1.552.913,83	-38,00
Total	**8.349.919,41**	**10.953.366,55**	**-23,77**

Fonte: SIAFI, 2026 e 2025

O item “Uso de Materiais de Consumo” sofreu um aumento de 42,09% em relação ao mesmo período de 2025.

O item “Serviços” reduziu 23,16% em relação ao mesmo período de 2025, sendo que neste grupo estão inseridos os serviços de terceiros (pessoas físicas ou jurídicas) para a continuidade das atividades administrativas da UFOP.

Já o subgrupo de depreciação, amortização e exaustão apresentou um decréscimo de 38% em relação a 2025. Vale ressaltar que a depreciação dos bens móveis do mês de março de 2026 não foi processada devido a problemas no sistema SAP.

Nota 20 – Desvalorização e perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Os valores executados no primeiro trimestre de 2026 sofreram variação negativa em relação a 2025 de 96,77% e, conforme esclarecido nas notas do Balanço Patrimonial, é composto em sua maior parte de lançamentos da setorial contábil do MEC de Termos de Execução Descentralizados (TEDs) recebidos pela UFOP, e também pela baixa de saldos alongados de obras já concluídas em exercícios anteriores identificadas pelo setor de engenharia.

Nota 21 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

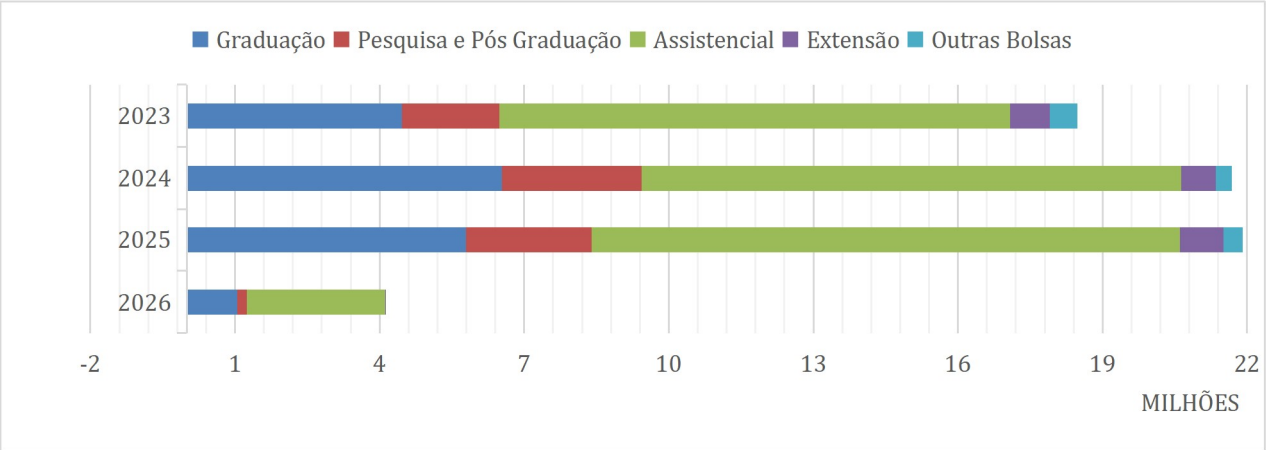
Outras VPDs são os valores executados com bolsas diversas, auxílio financeiro a pesquisadores e outras sem especificação anterior. Este item corresponde por 2,41% das VPDs.

O valor total despendido com bolsas no ano de 2025 foi de R$ 21.908.878,57, um aumento em relação aos dois últimos exercícios.

E no primeiro trimestre de 2026 houve a execução de R$ 4.121.795,44, com um decréscimo de 30,58% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Verifica-se ainda que os valores executados com bolsas assistenciais respondem pelos maiores incentivos junto aos discentes da instituição.

Gráfico 5 – Bolsas concedidas 2022 a 2025 – composição



Fonte: Tesouro Gerencial, 2026.

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro, conforme a Lei 4.320/64 evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Como demonstrado pelas tabelas a seguir, através de duas metodologias de cálculo, o resultado financeiro no primeiro trimestre de 2026 da Universidade Federal de Ouro Preto apresentou variação negativa.

Tabela 25 – Resultado Financeiro – Metodologia de cálculo 1

R$

	31/03/2026	31/03/2025
Receita Orçamentária	2.675.567,30	1.328.247,64
Despesa Orçamentária	399.218.783,86	320.581.625,12
Transferências Financeiras Recebidas	160.806.938,09	132.555.730,94
Transferências Financeiras Concedidas	612.558,42	313.888,52
Recebimentos Extraorçamentários	301.266.350,78	238.569.094,23
Despesas Extraorçamentárias	66.598.548,66	50.934.744,32
Resultado Financeiro do Exercício	**-1.681.034,77**	**622.814,85**

Fonte: SIAFI, 2026 e 2025

Tabela 26 – Resultado Financeiro – Metodologia de cálculo 2

R$

	31/03/2026	31/03/2025
Dispêndios		
(+) Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa	40.073.631,73	39.633.597,69
Ingressos		
(-) Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa	41.754.666,50	39.010.782,84
(=) Resultado Financeiro	**-1.681.034,77**	**622.814,85**

Fonte: SIAFI, 2026 e 2025

Analisando de maneira detalhada os itens que compõem o Balanço Financeiro, apresenta-se as tabelas a seguir com o comparativo dos ingressos e dispêndios nos dois últimos exercícios:

Tabela 27 – Total de Ingressos

R$

INGRESSOS	31/03/2026	AV%	31/03/2025	AH%
Receitas Orçamentárias	2.675.567,30	0,53	1.328.247,64	101,44
Transferências Financeiras Recebidas	160.806.938,09	31,75	132.555.730,94	21,31
Recebimentos Extraorçamentários	301.266.350,78	59,48	238.569.094,23	26,28
Saldo do Exercício Anterior: Caixa / Equivalente Cx	41.754.666,50	8,24	39.010.782,84	7,03
TOTAL	**506.503.522,67**	**100,00**	**411.463.855,65**	**23,10**

Fonte: SIAFI, 2026 e 2025

As receitas arrecadadas (Receitas Orçamentárias) tiveram um aumento de 101,44% em relação ao ano de 2025, justificado pelo aumento nas receitas de serviços.

As transferências financeiras recebidas são compostas por repasses financeiros recebidos do MEC, e respondem por 31,75% dos ingressos financeiros do período. As transferências financeiras sofreram acréscimo de 21,31% em relação ao ano de 2025, fruto dos gastos com pessoal e demais gastos correntes.

Os valores relativos a recebimentos extraorçamentários, que compõem 59,48% do total dos ingressos sofreram acréscimo de 26,28% em relação a 2025, visto que nele estão inseridos os valores das despesas empenhadas que serão desembolsos futuros, caso dos empenhos não liquidados e dos restos a pagar.

Tabela 28 – Total de Dispêndios

R$

DISPENDIOS	**31/03/2026**	AV%	**31/03/2025**	AH%
Despesas Orçamentárias	399.218.783,86	78,82	320.581.625,12	24,53
Transferências Financeiras Concedidas	612.558,42	0,12	313.888,52	95,15
Despesas Extraorçamentários	66.598.548,66	13,15	50.934.744,32	30,75
Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equiv. de Caixa	40.073.631,73	7,91	39.633.597,69	1,11
TOTAL	**506.503.522,67**	**100,00**	**411.463.855,65**	**23,10**

Fonte: SIAFI, 2026 e 2025

As despesas orçamentárias realizadas (empenhadas), que compõem 78,82% do total dos dispêndios tiveram aumento de 24,53% por impacto do menor número de despesas orçamentárias incluídas em Restos a Pagar.

Já as transferências financeiras concedidas variaram positivamente em 95,15% em relação a 2025, neste grupo estão os movimentos de saldos patrimoniais.

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa tem o objetivo de auxiliar no gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público, além de fornecer informações úteis para avaliar a capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez.

A elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa foi feita pelo método direto e tem por finalidade evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos fluxos operacionais, de investimento e de financiamento.

Os fluxos de caixa operacionais estão relacionados com a atividade fim da organização, ou seja, são entradas e saídas de caixa que estão vinculadas às ações públicas da UFOP e os demais fluxos que não se qualificam em investimento ou financiamento.

Os fluxos de caixa de investimentos compreendem os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza.

O fluxo de caixa dos financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

A geração líquida de caixa da UFOP no primeiro trimestre de 2026 foi negativa decorrente da movimentação de caixa entre suas atividades operacionais e de investimentos, apresentando um fluxo deficitário no período de 369,91% em relação a 2025.

Tabela 29 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Saldo Inicial e Final

R$

RESULTADO FINANCEIRO DFC X BF	**31/03/2026**	**31/03/2025**	AH%
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	40.073.631,73	39.633.597,69	1,11
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	41.754.666,50	39.010.782,84	7,03
Geração Líquida De Caixa E Eq. De Caixa	**-1.681.034,77**	**622.814,85**	**-369,91**

Fonte: SIAFI, 2026 e 2025.

Ao confrontar as entradas e as saídas de caixa por atividades, é possível identificar que as atividades operacionais e de investimentos foram deficitárias. Não houve fluxo de caixa de atividades de financiamento.

Tabela 30 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Atividades

R$

ATIVIDADES	**31/03/2026**	**31/03/2025**	AH%
Fluxo de Caixa das Atividades das Operações	-1.076.246,28	1.059.821,94	-201,55
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-604.788,49	-437.007,09	38,39
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**-1.681.034,77**	**622.814,85**	**-369,91**

Fonte: SIAFI, 2026 e 2025

Nota 23 – Atividades Operacionais

Em relação aos ingressos das atividades operacionais, destaca-se que a UFOP é uma Autarquia Federal que depende de recursos federais para cumprir a sua missão pública, sendo que sua arrecadação própria tem origem em serviços prestados ao longo do exercício. Entretanto, do total de entradas de caixa na UFOP no primeiro trimestre de 2026 para a execução de atividades operacionais 98,38% são decorrentes de recursos recebidos de órgãos federais, principalmente do Ministério da Educação por meio de transferências financeiras. Pouco mais de 1% é decorrente de arrecadação própria.

Tabela 31 – Ingressos das Atividades Operacionais

R$

INGRESSOS	**31/03/2026**	AV%	**31/03/2025**	AH%
Receitas Derivadas e Originárias	2.675.567,30	1,62	1.328.247,64	101,44
Outros Ingressos das Operações	162.074.820,65	98,38	133.537.401,23	21,37
TOTAL	**164.750.387,95**	**100,00**	**134.865.648,87**	**22,16**

Fonte: SIAFI, 2026 e 2025

Tabela 32 – Outros Ingressos das Operações – Composição

R$

OUTROS INGRESSOS DAS OPERAÇÕES	**31/03/2026**	AV%	**31/03/2025**	AH%
Ingressos Extraorçamentários	1.065.770,72	0,66	835765,62	27,52
Restituições a Pagar	0,00	0,00	243,14	-100,00
Transferências Financeiras Recebidas	160.806.938,09	99,22	132.555.730,94	21,31
Arrecadação de Outra Unidade	202.111,84	0,12	145.661,53	38,75
Demais Recebimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**162.074.820,65**	**100**	**133.537.401,23**	**21,37**

Fonte: SIAFI, 2026 e 2025

Como se observa, as transferências financeiras recebidas correspondem a 99,22% desses ingressos, pelo fato de, como dito, as receitas próprias da UFOP serem insuficientes para sua manutenção. Os ingressos de transferências tiveram acréscimo de 21,31% em relação ao ano anterior.

Analisando o fluxo dos desembolsos da instituição, nota-se que os pagamentos realizados são classificados por função do governo. Na tabela a seguir evidencia-se que a maior parte dos recursos empregados na UFOP são relacionados às funções Educação e Previdência Social, que juntas respondem por 88,30% do total de desembolsos. Os desembolsos relativos às despesas com o grupo "pessoal e demais despesas" observaram acréscimo de 19,49% em relação ao ano de 2025.

A função Educação apresentou o valor mais significativo no período analisado, tendo uma variação positiva de 21,60%, resultado do aumento nos gastos administrativos e na folha de

pagamento de servidores, abarcando 68,34% do total de desembolsos, o que denota o cumprimento do objeto da UFOP enquanto instituição de ensino.

A função previdência social aumentou 13,90% em relação ao mesmo período de 2025, atrelado ao aumento do número de benefícios concedidos (aposentadoria, pensões).

Tabela 33 – Desembolsos por Função de Governo – Atividades Operacionais

R$

DESEMBOLSOS POR FUNÇÃO DE GOVERNO	31/03/2026	AV%	31/03/2025	AH%
Pessoal e Demais Despesas	**-146.424.690,39**	**88,30**	**-122.544.481,66**	**19,49**
Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Social	-33.128.066,15	19,98	-29.084.110,02	13,90
Saúde	0,00	0,00	-290.369,79	-100,00
Educação	-113.324.419,85	68,34	-93.197.573,33	21,60
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	-124,36	0,00	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Especiais	-2.370,87	0,00	-2.277,27	4,11
(+/-) Ordens Bancárias não sacadas – Cartão de Pagamento	30.290,84	-0,02	29.848,75	1,48
Transferências Concedidas	**-16.866.551,73**	**10,17**	**-10.039.697,95**	**68,00**
Intragovernamentais	-16.699.360,51	10,07	-9.475.796,28	76,23
Outras Transferências Concedidas	-167.191,22	0,10	-563.901,67	-70,35
Outros Desembolsos das Operações	**-2.535.392,11**	**1,53**	**-1.221.647,32**	**107,54**
Dispêndios Extraorçamentários	-1.922.833,69	1,16	-902.921,91	112,96
Transferências Financeiras Concedidas	-612.558,42	0,37	-313.888,52	95,15
Demais Pagamentos	0,00	0,00	-4.836,89	-100,00
TOTAL	**-165.826.634,23**	**100,00**	**-133.805.826,93**	**23,93**

Fonte: SIAFI, 2026 e 2025

Nota 24 – Atividades de Investimento

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão. As receitas de capital na UFOP compreendem a conversão em espécie de bens e direitos (alienação de bens), por meio de leilões. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos e material permanente.

Em relação ao fluxo de caixa das atividades de investimento verifica-se que a UFOP apresentou déficit decorrente de desembolsos para aquisição e construção de ativos de longo prazo. No período não houve receitas de capital. Observa-se que houve aumento nos investimentos em ativos não circulantes no primeiro trimestre de 2026.

Tabela 34 – Ingressos e Desembolsos das Atividades de Investimentos

R$

Fluxos De Caixa Das Atividades de Investimentos	**31/03/2026**	**31/03/2025**	AH%
INGRESSOS	**0,00**	**0,00**	**-**
Alienação de Bens	0,00	0,00	-
DESEMBOLSOS	**-604.788,49**	**-437.007,09**	**38,39**
Aquisição de Ativos não Circulantes	-604.788,49	-437.007,09	38,39
Outros Desembolsos de Investimentos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**-604.788,49**	**-437.007,09**	**38,39**

Fonte: SIAFI, 2026 e 2025